

# Jovens com Uma Missão

Ministério Transcultural

138183  
180  
mss

DATA  
CEDI - P.L.B.  
RECEBIDO 23/01/93

CEDI - P.L.B.  
DATA 40/11/93  
LOS 0600013

ASSINATURA

Porto Velho, 8 de Janeiro de 1993.

Exmo Sr. Pres.  
Sidney Possuelo  
FUNAI

*Di ordem,  
a APL, PI, informa  
esta. PRESI.  
Hech - Fortes  
Adina Dm R. Costa  
ASSESSORA 889, 23.01.93*

23 01 93  
mss

Exmo Sr.

Recebemos sua carta protestando nossa atuação na área do Rio Purus. Queríamos através desta prestar alguns esclarecimentos, que poderão ser verificados pela fundação posteriormente se Vsa. assim o desejar.

Em nossa carta datada de 29/11 tentamos ser o mais claro possível com respeito a nossa atuação entre etnias indígenas. Reitero o nosso desejo de trabalhar em colaboração com a FUNAI para assistência e preservação das etnias em nosso país. Infelizmente como a comunicação entre a JOCUM e a FUNAI tem sido um pouco falha até agora ainda há erros a serem corrigidos.

Primeiro gostaria esclarecer-lhes com relação às tribos Jaruara e Banawá. Nem uma das duas se encaixa na definição de tribos isoladas ou recém-contatadas. São tribos com no mínimo 50 anos de contato e que habitam áreas populadas por ribeirinhos. Nosso trabalho começou com o pedido dos próprios índios depois de uma visita prévia ao local. Grande era a miséria e o abandono antes de nos estabelecermos.

Segundo nossa documentação a mortalidade infantil nas duas áreas era de mais de 50% em 1986 quando os dois trabalhos foram iniciados. Nos censos atuais esta taxa baixou a 0%. Foi desenvolvido na tribo Banawá um projeto comunitário de plantação acessorado por Daniel Batistella, técnico agrícola da JOCUM, mas com intensa participação da aldeia.

Hoje os índios são independentes economicamente dos patrões locais, produzindo sua própria farinha e vivendo basicamente de seus produtos agrícolas, caça e pesca. isto não acontecia anteriormente, quando os homens eram escravizados por famílias de ribeirinhos (patrões) e viviam da extração de sorva e seringa, deixando suas famílias no abandono e na fome para trocar o produto de meses de trabalho por punhadelas de café e farinha. Este trabalho não é desconhecido da FUNAI, sendo que as delegacias de Manaus e de Porto Velho (para onde trazemos índios que necessitam de atendimento médico mais sério) estavam informadas a respeito, tendo até enviado uma equipe em certo ocasião para o local.

Na tribo Jaruara de situação ainda mais conflitada do que esta, os índios sofriam constante exploração dos patrões por não sabermos matemática e nem terem voz em sua defesa. Duas professoras de JOCUM, graduadas em Letras e Linguística desenvolveram durante 5 anos um projeto de educação na língua indígena, que está sendo aplicado na tribo. Enviamos anexo um exemplo do que foi feito, uma cartilha de fabricação caseira de 10 ou 15 exemplares. Várias cartilhas como esta foram feitas e livros escritos pelos próprios índios. O processo de alfabetização continua, com professores indígenas que lecionam

respeitando as normas sociais da cultura Jaruara. Não há sala de aula formal, mas six classes familiares lideradas pelo membro influente de cada família, que foram os primeiros a serem alfabetizados por escolha da própria comunidade.

Foi feito também ensino de matemática por insistência da comunidade indígena com resultados ótimos para a situação econômica da tribo. Este trabalho também não era desconhecido pela FUNAI sendo que a regional de Lábrea acompanhou o trabalho desde o início.

Quero salientar que não foi feita catequese em nenhuma destas tribos e que os índios não só conservam como recuperaram vários de seus costumes religiosos e culturais.

Conforme o pedido de Vsa. vamos suspender o trabalho na tribo Banawá, enquanto o mesmo não estiver legalizado. Gostaríamos de ter a oportunidade de torná-lo legal. Para isto sugerimos a vinda do chefe indígena Banawá à FUNAI de Porto Velho para fazer o pedido pessoalmente, ou se Vsa. desejar pode enviar funcionários para verificar a situação da tribo e de JOCUM in loco.

O trabalho entre os Jaruara não será suspenso no momento. Segundo informações da Secretaria de Saúde, o cólera já chegou ao Rio Purus e à cidade de Lábrea, muito frequentada pelos índios. Deixar a tribo sem assistência médica agora seria condená-los à morte. Uma médica, Dra. Alina Quintanilha do H. das Clínicas em SP. visitando a tribo recentemente, a pedido de JOCUM, verificou uma incidência alta de TB que pode também desencadear uma epidemia. Esperamos que Vsa. entenda nossa posição e nos permita continuar.

Em relação à denúncia de que JOCUM estaria em contato com a tribo isolada Marimã, tenho a dizer que a equipe que esteve em busca deste grupo nunca estabeleceu contato real com eles. Em 1986 uma pequena família Marimã de 9 membros, por si só buscou o contato com o exterior saindo da selva para a localidade "ilha de Marta" no rio Cunhuá. JOCUM foi procurada pelos ribeirinhos para dar ajuda a estes indígenas. A equipe esteve 2 semanas com eles na comunidade local, infelizmente sem poder se comunicar nem entender o motivo que os levou a abandonar a selva.

Infelizmente os membros da equipe contraíram sérias malárias e, por falta de recursos, tiveram que baixar para Manaus para tratamento. Quando voltaram, 2 meses depois, os índios haviam sido chacinados pela mesma família brasileira que os hospedava. Dominados pelo álcool e pela ignorância o Sr. João Oziel e seus filhos moradores do local estruparam e mataram as duas índias adultas Marimã, e mataram a tiros ou afogaram no rio o rapaz que nos parecia ser o chefe da família. O outro havia sido morto por uma onça dias antes.

Muito nos revoltou esta situação e com tínhamos várias testemunhas do acontecido, levamos a denúncia à FUNAI em Manaus assim como o pedido da posse das 2 crianças remanescentes do massacre. A denúncia não foi examinada e o pedido foi negado. As crianças, hoje uma menina com 11 anos provavelmente e um menino com 5, continuam de posse da família que cometeu o crime. O menino foi integrado à família mas a menina é tida como escrava e sofre constantes abusos sexuais.



Diante deste quadro trágico e da omissão da FUNAI na ocasião decidimos empreender isoladamente uma busca do grupo, remanescente, para proteção de sua integridade física e cultural, segundo a ressalva feita pelas Diretrizes Políticas do Orgão Oficial da Política Indigenista. Esta busca se prolongou por um período, mas nunca alcançou seu objetivo de contatar o grupo Marimã. Existe a possibilidade de que a família morta em 1986 tenham sido os últimos Marimã existentes.

Esperamos que Vsa nos escute e nos permita restar relacionamento com a Fundação e recuperar a permissão legal para os trabalhos acima citados.

Atenciosamente

Reinaldo C. Ribeiro

Diretor de Assuntos no Campo